

MAPEAMENTOS EM ESPIRAL: OUTRES NARRAM A CIDADE

III Encontro Nacional de Letras no Litoral Norte da Paraíba - ELLIN-PB, 3ª edição, de 08/05/2024 a 10/05/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-093-9

FILHO; Daniel Ramos Cordeiro dos Santos¹, LÚCIO; Ana Cristina Marinho²

RESUMO

MAPEAMENTOS EM ESPIRAL: OUTRES NARRAM A CIDADE

Daniel Ramos C. dos Santos Filho

Graduando do Curso de Letras - UFPB - daniel.ramos2@academico.ufpb.br

Ana Cristina Marinho Lúcio

Professora do DLCV-UFPB - ana.marinho@academico.ufpb.br

Introdução

O presente trabalho é resultado do projetos de pesquisa desenvolvido para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), intitulado “Mapeamentos em espiral: mulheres, terreiros e cidades”, Plano de Trabalho “Mapeamentos em espiral: outres narram a cidade”, sob a coordenação da professora Ana Cristina Marinho Lúcio, vinculada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFPB. A pesquisa propõe o desenvolvimento de cartografias da cidade da Parahyba do Norte que possibilitem um novo olhar histórico sobre a cidade já conhecida pelos errantes, gerando discussões sobre esquecimento, mapeamento e territorialidades.

A partir de nossas pesquisas, buscamos propor itinerários para a cidade de João Pessoa que contemplem os entendimentos e vivências de corpos que vivem a cidade, especificamente, em sua margem; mulheres, negros, mulheres negras, indígenas, gays, lésbicas, transexuais e travestis serão os pontos de vista que guiarão nossa busca em discutir e mapear a cidade em conjunto às reflexões apresentadas inicialmente por Lefebvre sobre o direito à cidade exercido e conquistado pelas pessoas que protagonizaram o recorte que aqui fizemos.

Precipuamente, precisamos nos direcionar aos princípios epistemológicos que formulam e reformulam nossa sociedade contemporânea: ideologias hegemônicas, eurocentristas, patriarcais e heteronormativas. A partir destas ideias, os moldes que formam os princípios do pensamento nacional partiram de preconceitos e repressões a todas as formas de conhecimentos ou manifestações que demonstrassem algum traço de transgressão a qualquer um dos princípios criados para reforçar o estereótipo daquele indivíduo que demonstra a representação física do padrão considerado adequado: homem, cis, hétero, cristão. Partindo desse pressuposto, a sociedade formada por valores e ideias dominantes começa a se assimilar a cidade que a rodeia, erguendo este instrumento de repressão em forma de espaço urbano que circunda a vida de todos aqueles que atravessam seus percursos.

Para entender melhor a construção do espaço urbano é importante conceber algumas reflexões sobre o direito à cidade desenvolvidas por Henri Lefebvre (2001) durante o século XX, que delimitou diferentes aspectos que formulam a cidade como um espaço construído a partir dos valores dominantes e capitalistas. No entanto, a cidade se manifesta também através dos sujeitos que dela fazem parte, sujeitos esses que são explorados pelos mesmos valores que outrora construíram a cidade a qual constituem como peças fulcrais. Portanto, apesar da cidade

¹ Universidade Federal da Paraíba, daniel.ramos2@academico.ufpb.br

² Universidade Federal da Paraíba, ana.marinho@academico.ufpb.br

inicialmente ter sido pensada a partir dos indivíduos que possuem formas distintas de poder enquanto fazem parte dos espaços urbanos, esses mesmos espaços se tornam palco para a vida urbana que, nas palavras do próprio sociólogo, “pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver” (1991, p. 22). Nesse sentido, pessoas de diferentes classes sociais, raças, etnias, sexualidades e identidades de gênero se apresentam diante de espaços públicos e privados que foram construídos para repelir suas presenças e diferenças. No entanto, devido a intensa repressão sofrida por aqueles que são marginalizados, o direito à moradia e espaços seguros que apresentassem respeito às suas subjetividades se tornaram escassos, restando para eles/elas apenas um lugar que poderia vir a abrigar seus corpos: a rua.

A rua, no caso do recorte escolhido por nossa pesquisa, se manifesta através da cidade de João Pessoa, em outras épocas Parahyba do Norte, Frederica ou Philipéia. Mas antes, é preciso compreender que a cidade de João Pessoa se encontrou historicamente em uma espécie de trava temporal no que se diz respeito à valorização e ocupação de seus centros urbanos. No que se refere ao centro urbano de João Pessoa, Marina da Silva Teixeira (2014) traz importantes reflexões sobre o uso cultural dos espaços públicos da cidade, partindo do contexto de revitalização ocorrida no centro da cidade durante os períodos de 1987-2002, e também em períodos mais contemporâneos. No artigo, Marina Teixeira, com a ajuda dos livros escritos por Jovanka Scocuglia sobre os processos de revitalização pessoenses, afirma que as experiências de revitalização protagonizaram um processo de enobrecimento em meio ao bairro do Centro de João Pessoa, e que este processo teve consequências, como: “excluírem a camada mais pobre da população – que geralmente habitava e fazia uso das áreas centrais degradadas – em nome da criação da imagem e espetacularização do espaço urbano, tornando essas áreas atrativas para as elites econômicas e políticas.” (p. 2)

Neste sentido, é perceptível que o “direito à cidade” defendido por Lefebvre, mencionado anteriormente, e que deveria ser garantido a todos os cidadãos, mais uma vez foi desrespeitado pela ganância do sistema capitalista que, através de seus métodos de privatização, elitização e exclusão, furta a cidade das mãos daqueles que constroem suas narrativas de vida, histórias e lares por entre os espaços urbanos marginalizados e precarizados.

É neste cenário que buscamos entender as narrativas criadas pelos vínculos diversos que os indivíduos estabelecem com a cidade através de suas próprias andanças de vida. A importância de notar a cidade como um território de memórias intercaladas e miscigenadas é o que guia nossos olhares para entender os encontros que os espaços urbanos protagonizam diante de uma sociedade capitalista que tende a desprender os vínculos dos passantes que, gradualmente, se tornam mais individualistas.

A cidade como palco para flâncias marginalizadas

É sabido que as pessoas que vivem nas ruas e nos espaços de uma cidade, em certo ponto, passam a reconfigurar as individualidades daqueles espaços. Uma mulher negra que trabalha como doméstica e que precisa transitar em correria pelas ruas do centro de sua cidade para comprar comida, ou buscar os filhos do patrão na escola, tem diferentes entendimentos e vivências sobre os espaços urbanos em relação às concepções que uma mulher branca, que percorre os caminhos da cidade de carro, por exemplo, teria.

Para ter um entendimento melhor sobre as narrativas que atravessam os espaços urbanos, nós precisamos, inicialmente, olhar para estes espaços como um flâneur. O flâneur é aquele que exerce a flânerie, conceito desenvolvido por Walter Benjamin (1994) no intuito de discorrer sobre os processos de escrita de escritores aristocratas do século XIX que, em seu tempo livre, se perdiam por entre as veredas de suas respectivas cidades europeias. O conceito parte da premissa de que ao se engendrar por entre as ruas das cidades, observando as narrativas que atravessam seus espaços, as arquiteturas de seus centros urbanos e a rotina das pessoas que coexistem junto a elas, os escritores conseguiram desenvolver boa parte de suas narrativas ambientadas nas

¹ Universidade Federal da Paraíba, daniel.ramos2@academico.ufpb.br

² Universidade Federal da Paraíba, ana.marinho@academico.ufpb.br

grandes capitais da Europa. No entanto, não é este recorte eurocêntrico que nos interessa aqui, visto que as narrativas abordadas em nossas pesquisas são protagonizadas por indivíduos marginalizados pela cidade, diferentemente dos casos abordados por Benjamin. Dessa forma, o sentido inicial da flânerie, que parte de um pressuposto de que os indivíduos que a praticam o fazem como uma forma de hobby em suas vidas, é substituído por uma abordagem contrária, que trata as flanâncias produzidas pelos corpos marginalizados como práticas obrigatórias, visto que estes o fazem como um método de sobrevivência.

Uma abordagem mais próxima da que estamos utilizando é a da ética do passante, que tende a expressar uma relação mais próxima ao ponto de vista daqueles que vivem, narram e transitam por entre as cidades. Neste sentido, a professora Ana Cristina Marinho Lúcio argumenta que:

Achille Mbembe (2017), em diálogo com a obra de Frantz Fanon para quem “lugar” era toda experiência de encontro com os outros, afirma que “passar de um lugar para outro é também tecer com cada um deles uma dupla relação de solidariedades e de desprendimento. A essa experiência de presença e de diferença, de solidariedade e de desprendimento, mas nunca de indiferença, chamemos a ética do passante.” (p.248)” (2023, p.125)

A perspectiva da ética do passante é a que nos possibilita entender, através de métodos sensíveis e abrangentes, a cidade como um lugar de memória, agindo como depósito de vivências e narrativas de todos aqueles que a transitam como se fossem suas próprias extensões, e mais do que isso, é a partir de suas presenças por entre os espaços urbanos públicos ou privados, que corpos dissidentes podem ocupar as narrativas com suas próprias histórias e memórias cruzadas por silenciamentos e esquecimentos.

Um outro olhar muito importante para nossas pesquisas é o de Nadja Monnet, em seu artigo *Flanâncias Femininas e Etnografia* (2013), no qual a autora desenvolve um raciocínio em contrapartida ao desenvolvido por Walter Benjamin, partindo de uma perspectiva feminina do processo de flânerie, que diverge do protagonismo masculino que o termo naturalmente cunha. Sobre os diferentes processos interseccionais que a prática da flânerie pode levar, Monnet afirma que:

Trata-se, portanto, de uma questão de autopresença que mudou mas que não pode ignorar as profundas desigualdades de gênero que são impostas nos usos potenciais dos espaços públicos urbanos. Um espaço público não é um espaço acessível a todos e a todas, ao contrário do que se diz. Uma seleção, feita de forma mais ou menos tácita, permite que certas pessoas ou certos grupos se apropriem ou não de lugares públicos. O espaço público não é um simples espaço livre, uma versão simples da continuidade ou extensão do espaço privado ou da habitação, nem mesmo um espaço coletivo apropriável por vizinhos. Sua vocação igualitária, seu princípio de acessibilidade, que em teoria o governa, está longe de ser uma realidade na prática. Todo mundo não é admitido em um espaço da mesma maneira. Alguns/mas podem desfrutar de mais liberdade que outros. A esfera pública não é um espaço de e para todos. (p.220-221)

Nesta perspectiva, os espaços urbanos se apresentam como lugares cujas vivências e experiências divergem de acordo com os corpos que o frequentam. No recorte escolhido pela autora, o discurso de gênero é o tomado para abordar o seletivismo eminente aos espaços públicos e privados, criados para fortalecer a imagem do indivíduo eurocêntrico, falocêntrico e racista. Neste sentido, é válido reforçar o argumento de Monnet ao lado dos pensamentos de Judith Butler (1998) em relação aos princípios performativos das concepções de gêneros, e em como através da linguagem, os enunciados e performances são o que possibilitam os corpos a manifestarem o gênero com o qual se identificam. Butler adiciona ainda que, enquanto o gênero feminino está em performance isto gera medidas punitivas contra as mulheres cis ou transgênero. Estas punições podem ser sentidas pelas mulheres em inúmeras situações - entre as mais gritantes estão os assédios e perigos de predadores sexuais nas ruas. No artigo de Monnet, ela reafirma ainda que, enquanto *flâneuse*, as mulheres que, “tendenciosamente”, planejam divagar por entre as ruas,

¹ Universidade Federal da Paraíba, daniel.ramos2@academico.ufpb.br

² Universidade Federal da Paraíba, ana.marinho@academico.ufpb.br

avenidas, praças da cidade, não são facilmente vistas ou apoiadas, visto que, na concepção do raciocínio patriarcal e misógino, uma mulher que, despreziosamente, está andando sozinha, ou sentada sozinha em um parque, está, nessa lógica dominante, procurando por algo relacionado ao sexo masculino.

As punições contra os indivíduos que se enunciam em torno de uma forma de identidade também estão prescritas nos sujeitos que ocupam as comunidades sexo-gênero dissidentes. Especialmente no cenário brasileiro, vivenciamos a infeliz realidade do país que mais assassina pessoas LGBTQ+ no mundo. A cidade, arqueada por diversos mecanismos de repressão contra os indivíduos que se identificam com uma sexualidade ou identidade de gênero controversa ao ideal cisgênero heteronormativo, formula e reformula alternativas para inviabilizar o acesso destes corpos aos espaços urbanos. As agressões são particularmente mais nefastas com as/os travestis, que devido a transgressão evidente e explícita de seus corpos e identidades, acabam sendo as que mais são marginalizadas. Apesar deste cenário, devido ao intenso preconceito e repressão comumente vividos dentro de seus próprios lares, é muito comum que lésbicas, gays, bissexuais, travestis ou transexuais tentem encontrar alguma forma de apoio nos espaços urbanos. Muitas vezes, elas/eles são obrigadas/os a viver nesses espaços, visto que, não é incomum que sejam expulsos/as das casas de suas famílias por falta de aceitação, tendo que, inclusive, recorrer à prostituição em muitos dos casos.

No entanto, apesar de tentarem ocupar e resistir em meio aos centros urbanos, o Estado desenvolveu maneiras para exterminar os corpos transgressores de forma indireta, como por exemplo, a repressão policial sofrida constantemente por estes sujeitos. Neste sentido, Cardoso e Estefani argumentam que:

No segmento dos grupos marginalizados, pode-se destacar a comunidade LGBTQIAP+ que subverte as lógicas binárias de gênero, sexualidade e expressão. Essa comunidade utiliza dos espaços da cidade para autoafirmação de sua luta, muitas vezes, por não ter a liberdade de construir e afirmar suas identidades dentro de suas casas, devido às opressões ligadas a esse grupo estarem diluídas na sociedade capitalista, resultando numa intolerância nas famílias, referente também a uma “vergonha” em ter um familiar que não responda a cis-heteronormatividade. Porém, como os espaços urbanos são construídos para aqueles que não fazem parte das minorias sociais, há uma naturalização das violências contra a comunidade, visando, por meio de agressões verbais, psicológicas ou físicas, desmotivar esses indivíduos de exercerem sua cidadania nos espaços públicos, utilizando inclusive aparatos do Estado para cumprir a função repressora, como é o caso da polícia, que também usa do seu domínio, numa lógica interseccional, para violentar a população negra, em especial as figuras masculinas. (2023, p. 187)

A violência policial se interpõe entre os corpos marginalizados como a principal forma de agressão predatória entre colonizador e colonizado. Semelhante à comunidade LGBTQIAPN+, durante a história, as comunidades negras e indígenas sofreram com os mecanismos de repressão policial constantemente. A força policial funciona como um instrumento incapacitante que interfere na coexistência, habitação e ocupação destes sujeitos pelas ruas da cidade; agredindo e ameaçando, o extermínio subjetivo e literal das comunidades é nefasto, como argumenta Frantz Fanon:

O mundo colonizado é um mundo cindido em dois. A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia. Nas colônias o interlocutor legal e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o gendarme ou o soldado. (...) Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder, interpõe-se uma multidão de professores de moral, de conselheiros e de "desorientadores". Nas regiões coloniais, ao contrário, o gendarme e o soldado, por sua presença imediata, por suas intervenções diretas e frequentes, mantêm contacto com o colonizado e o aconselham, a coronhadas ou com explosões de napalm, a não se mexer. Vê-se que o intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência. O intermediário não torna mais

¹ Universidade Federal da Paraíba, daniel.ramos2@academico.ufpb.br

² Universidade Federal da Paraíba, ana.marinho@academico.ufpb.br

leve a opressão, não dissimula a dominação. Exibe-as, manifesta-as com a boa consciência das forças da ordem. O intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado. (1968, p.28)

Portanto, em vista no que foi pontuado por Fanon, assumimos que as medidas de violências do Estado usam a linguagem agressiva contra os corpos negros, indígenas, LGBTQIAPN+ e femininos, servindo como repressão constante às formas de transgressão aos padrões dominantes de países colonizados, como é o caso do Brasil e o de tantos outros. Em meio à cidade, instrumentos de repressão se espalharam como ratoeiras. que, em vista da natureza de construção social que os espaços urbanos adotam, funcionam como uma caça literal contra os indivíduos marginalizados, independente de qual seja o aspecto transgressor de raça, gênero, etnia ou sexualidade que estes corpos apresentam.

Neste cenário, em busca de proteger suas culturas, religiões e, muitas vezes, suas próprias vidas, as comunidades precisaram desenvolver espaços seguros que pudessem abrigar suas subjetividades. É nesta perspectiva que os terreiros, com sua função primordial de resistência, perduram até os dias atuais como lugares de memória, cultura, segurança e sobretudo, palco para narrativas que atravessam o sentido metafísico. Nas palavras de Muniz Sodré, o terreiro configura-se como “um lugar originário de força ou potência social para uma etnia que experimenta a cidadania em condições desiguais.” (2002, pág.20). Portanto, podemos afirmar que os terreiros são espaços internos, incluídos nos espaços urbanos, que devido a sua natureza secular de resistência cultural, abrigam os corpos que ocupam as margens da sociedade, sendo o palco das narrativas dos indivíduos que, conseqüentemente, também fazem parte da narrativa central do terreiro. No recorte pessoense adotado por nossa pesquisa, se destaca o culto à Jurema Sagrada, uma variante dos cultos afro-brasileiros com grande presença em solo paraibano. A cultuação da Jurema cruzada com a Umbanda se destaca devido a sua natureza afro-indígena, que explicita a miscigenação cultural/racial ocorrida em meio aos territórios de João Pessoa. Sobre a Jurema, Idalina Santiago (2008) afirma que o culto “passou por um processo secular de trocas e reelaborações, tendo sido a introdução da umbanda na Paraíba” (p:3). Desse modo, a Jurema constitui-se como uma complexa e desenvolvida maneira de reafirmação e ocupação das comunidades marginalizadas em meio a cidade. Portanto, torna-se imprescindível a compreensão etnográfica da importância desses cultos espalhados por entre os centros urbanos, devido a sua função como espaços de resistência cultural, racial e epistemológica.

Em vista às inúmeras formas de repressão social sofridas por esses corpos transgressores, punidos constantemente pelo sistema que molda a cidade, Silvana Nascimento (2016) afirma que as etnografias e corpografias expressas pelas manifestações culturais de raça, gênero, etnia e sexualidade são maneiras de ocupação desse espaço, e sobretudo, são métodos de resistência desses corpos que narram a cidade que se ergue diante de preconceitos e agressões. Inicialmente, a corpografia urbana é um conceito elaborado por Paola Jacques e Fabiana Britto, referências nos estudos de arquitetura e urbanismo. Nas palavras de Nascimento, “a corpografia se traduz num modo diferenciado de sentir a cidade por meio de intervenções e performances estéticas e artísticas que provocam, rechaçam, questionam a espetacularização das metrópoles contemporâneas.” (2016, p.2). Já no sentido etnográfico, a etnografia urbana funciona como uma construção interacional que intermedeia a compreensão das dinâmicas sociais das pessoas que fazem a cidade para além dos projetos urbanísticos, dos discursos midiáticos e das políticas institucionais. (Ibid.) A ideia de corpografia urbana, aliada às ideias de performance, ocupação e território são guias epistemológicos para compreender as reivindicações narrativas dos espaços urbanos, uma vez que:

As cidades são mesmo hostis às pessoas pobres, às mulheres negras, às/aos imigrantes, às/aos refugiadas/os. E aqui, na minha cidade, aos corpos que vivem diferentes credos, mulheres e homens que experienciam o espaço urbano como terreiro, território de fé e cura. Mulheres e homens que dançam memórias e vivem em encruzilhadas de tempo e espaço. E nessas encruzilhadas, as imagens de resistência importam, falam, re-significam” (LUCIO, 2023, p.128).

¹ Universidade Federal da Paraíba, daniel.ramos2@academico.ufpb.br

² Universidade Federal da Paraíba, ana.marinho@academico.ufpb.br

Quando pensamos em mapear a cidade na perspectiva de corpos dissidentes, nós assumimos uma abordagem cartográfica que toma a historiografia não como uma sucessão de fatos, eventos, e sim como uma justaposição de textos e mapas que enfatizam o processo de construção das relações de poder presentes nos textos. Partindo da leitura de textos e depoimentos, em conjunto aos espaços de cultura em confluência com as vozes e corpos urbanos, podemos traçar roteiros de João Pessoa com diferentes narrativas possíveis. Neste cenário, o nosso primeiro ponto de partida é caminhar, não para chegar a algum lugar, e sim, para ver se é possível chegarmos em algum lugar.

Eduardo Rocha Lima (2013) define que um espaço caminhado pode protagonizar diferentes olhares para uma narração urbana. O autor afirma que ao ir contra o ritmo veloz e produtivista das grandes cidades, assumindo uma posição de “homem lento”, o caminhante consegue entender os diferentes desafios permeados entre as narrativas andantes do espaço urbano. Nesse sentido, “o sujeito que pratica o espaço urbano assume um lugar central no processo de produção do espaço urbano” (p.207). Ao lado dessa perspectiva, Menezes (2019) afirma que “a prática caminhada da cidade é, a par do seu importante papel locomotivo, uma boa e significativa oportunidade para deambular, conhecer, relacionar, sentir, experienciar e, com certeza, bom para pensar e ter novas ideias.” (p.13)

Portanto, cartografar corpos dissidentes tem como um dos seus princípios a transmissão fiel dos sentimentos, possibilidades e dificuldades vividas por esses indivíduos nos espaços urbanos, que ora os abraçam, ora os expulsam. Uma vez que “a abordagem cartográfica é uma análise descritiva e interventiva que considera os efeitos de subjetividade dos agentes envolvidos na performance. Ela lida com a identidade nascente, isto é, em seu porvir.” (FERNANDES, 2012, p.151).

Uma abordagem cartográfica, sobretudo, permite que possamos compreender e adequar as condições temporais não lineares que estes sujeitos compreendem em suas narrativas. Para isto, a professora Leda Maria Martins (2002) chamou de performances em tempo espiralar todas as inscrições que consistem em uma temporalidade própria, a exemplos das mitopoéticas presentes nas Congadas de Minas Gerais. Nesse sentido, as manifestações ontológicas de corpos dissidentes são permeadas por rupturas temporais e epistemológicas, configurando uma temporalidade que sobressai à temporalidade ocidental. Um tempo espiralar, constituído por recortes, atualizações e, sobretudo, por performances espaço-temporais. Portanto, nossos mapeamentos espiralares são formados por diferentes sujeitos que, em suas andanças, reconstituem, reconfiguram e refazem a cidade.

Um desses roteiros é o da mestra juremeira Inês dos Santos, cuja trajetória de vida foi estudada por Maria Gomes de Medeiros, em seu Trabalho de Conclusão de Curso em Letras, na UFPB (2019). Inês dos Santos se compreende em diáspora desde o início de sua vida, visto que, assim que nasceu, foi adotada por outra família que não a sua biológica, passando parte de sua infância em um quilombo no município de Zumbi, próximo a Alagoa Grande (PB). Sua mãe adotiva morreu quando ela tinha apenas 10 anos, o que submeteu sua mudança para João Pessoa, para trabalhar como cuidadora e doméstica nas casas de influentes figuras, como a do jornalista Willis Leal, onde ela também serviu como menina de recados, o que a possibilitou transitar por diferentes caminhos em meio aos centros urbanos da capital paraibana. Paralelamente a isto, Inês frequentou, fixamente, no mínimo, três terreiros de Umbanda e Jurema da cidade de João Pessoa, além de terreiros da nação Ketu, no período em que morou em Rondônia, já na vida adulta. Inclusive, a capital Porto-Velho não foi a única fora da Paraíba em que a mestra decidiu transitar nas andanças de sua vida, tendo passado por Recife, Natal, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Outro roteiro possível é o de Nina Kelly, travesti do bairro do Castelo Branco, que assim como Inês, se encontra em diáspora desde seu nascimento, quando foi adotada por uma família na cidade de Serraria (PB). A história de vida de Nina Kelly foi o tema da pesquisa de dissertação do Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas feita por Sérgio Pessoa Ferro, pela UFPB, em 2019. Os caminhos de Nina também podem ser encontrados no artigo “Memórias da diversidade na Paraíba: as dores e os guardins de Nina Kelly,” do mesmo autor. Nina Kelly se mudou para João

¹ Universidade Federal da Paraíba, daniel.ramos2@academico.ufpb.br

² Universidade Federal da Paraíba, ana.marinho@academico.ufpb.br

Pessoa e, por 30 anos de sua vida, desfilou junto a diversas escolas de samba proeminentes dos bairros do centro de João Pessoa. Para citar algumas, temos: Noel Rosa, Malandros do Morro, Independentes de Mandacaru, Catedráticos e Unidos do Roger. Nota-se que o nome de alguns bairros pessoenses são evocados entre os nomes das escolas, no caso, Mandacaru e Roger, que se encontram hoje como dois dos bairros mais marginalizados da capital.

Através das memórias, relatos e depoimentos dessas pessoas - desses corpos dissidentes e diaspóricos - podemos narrar, espiraladamente, a cidade que um dia fora Frederica, posteriormente, Filipéia, e mais posteriormente ainda, Parahyba do Norte. Hoje, é João Pessoa, e junto às suas nomeações transitórias transitam, também, os indivíduos que moldam a cidade.

Considerações finais

Ao pensarmos nos preconceitos, exclusões e agressões sofridas cotidianamente pelos corpos que ocupam a margem da sociedade, nós tendemos a pensar que devido à repressão constante, estes seriam os corpos que menos veríamos nos espaços urbanos, o que não sucede com a realidade. A cidade é o lugar cuja sobrevivência é uma temática constante. Ao irmos aos centros urbanos, muito comumente podemos notar a pobreza dilacerante que assola os indivíduos mais precarizados. Corpos atravessados pelos lugares dissidentes, tentando sobreviver por entre as ruas. São pessoas que buscam, à sua maneira, conseguir resistir ao sistema que as nega dentro de suas próprias veredas: a cidade grande.

Em inúmeras histórias de resistência, nós podemos notar os itinerários desenvolvidos por elas/eles como métodos de sobrevivência, nos quais estes corpos transeuntes ocupam e narram a cidade a partir de sua simples permanência/resistência. Por entre os caminhos da cidade, elas/eles formulam e reformulam suas identidades, reproduzindo narrativas cartográficas pelas ruas da Parahyba do Norte, em suas flanâncias de terreiro, ofício ou lazer. Portanto, afirmamos que a cidade, criada para reprimir e submeter aqueles que apresentassem qualquer traço de transgressão, hoje, configura-se como o lar de suas histórias, bastando apenas que as/os passantes apresentem paciência (e ética) para serem, também, ouvintes de suas narrativas.

Referências

BENJAMIN, Walter. "O Flâneur". In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III**. Tradução de João Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 33-65.

BUTLER, J. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Trad. de Jamille Pinheiro Dias. **Caderno de Leituras**, S.I., n. 78, 2018.

CARDOSO, M.F.A.; ESTEFANI, G.G. de. "QUEM TEM DIREITO À CIDADE? A IDENTIDADE DE GÊNERO TRAVESTI." **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**. 21.2 (2023): 186-198.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, Frederico Garcia. O atributo da voz: poesia oral, estudos literários, estudos culturais e abordagem cartográfica. **Revista da Anpoll**, [S. l.], v. 1, n. 33, 2012.

FERRO, S.P. **Memórias da Diversidade na Paraíba: as dores e os guardins de Nina Kelly**. Dissertação (Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

_____. Memórias da diversidade na Paraíba: as dores e os guardins de Nina Kelly. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito**. Centro de Ciências Jurídicas -

¹ Universidade Federal da Paraíba, daniel.ramos2@academico.ufpb.br

² Universidade Federal da Paraíba, ana.marinho@academico.ufpb.br

Universidade Federal da Paraíba. v.8, n.3. 2019

LEFEBVRE, H.. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LIMA, Eduardo Rocha. A cidade caminhada... o espaço narrado. **Redobra**, UFBA, n.11, p. 202-211, 2013.

LUCIO, A.C.M. OS OLHOS E AS MÃOS DE IEMANJÁ NARRAM A CIDADE PARAÍBA. **Revista Ártemis**, vol. XXXVI nº 1; jul-dez, 2023. p. 124-137.

MARTINS, L. M..**Performances do tempo espiralar**. In: Graciela Ravetti; Márcia Arbex. (Org.). Performance, exílio, fronteiras, errâncias territoriais e textuais. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002, v. 1, p. 69-92

MEDEIROS, M. G. **CORPO, NARRATIVA E SABERES: ESTÓRIAS DE VIDA DE UMA MESTRA JUREMEIRA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA**. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em Letras. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

MENEZES, Marlucci. Caminhar como contributo metodológico do cocriar cidade. In: FORTUNA, Carlos (coord.); ANSELMO, C.; CARVALHO, C. P. de; PROVIDÊNCIA, P. . **Ruas Estrada Trajetos Atalhos**. CESContexto, nº 24, p. 12-19, 2019.

MONNET, Nadja. FLANÂNCIAS FEMININAS E ETNOGRAFIA. **Redobra**, UFBA, n. 11, p. 218-234, 2013.

SILVA, J.M.. "A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade". In: **Geo UERJ**. Rio de Janeiro, ano 10, v. 1, n. 18, p. 3-19, 1º semestre de 2008.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro brasileira**. Rio de Janeiro: Imago Ed; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

TEIXEIRA, M. S.. **Reflexões sobre o uso cultural de espaços públicos: experiências de revitalização de praças no Centro Histórico de João Pessoa - PB**. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória. Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades, Cartografia, Territórios, Corpos dissidentes

¹ Universidade Federal da Paraíba, daniel.ramos2@academico.ufpb.br

² Universidade Federal da Paraíba, ana.marinho@academico.ufpb.br